

Índice

I) Sistemas Jurídicos da Common Law e Romano-Germânico	23
1. <i>Common Law</i>	23
2. <i>Civil Law</i>	25
II) Notariados Anglo-Saxónico e Latino	27
1. Notariado Anglo-Saxónico	27
2. Notariado Latino.....	33
2.1. Essência da Função Notarial	33
2.2. Características do Notariado Latino	49
2.3. Vantagens do Notariado Latino	51
3. Os Dois Sistemas e a União Europeia.....	53
3.1. O “Conflito”	53
3.2. Estudo ZERP e Recomendação da Autoridade da Concorrência (AdC).....	59
3.3. Estudo de Peter Murray.....	67
3.4. Lixo Burocrático	72
3.5. Novas Tecnologias.....	77
3.6. Que Futuro?	85
III) Notariado Português	87
1. Breve Evolução Histórica.....	87
1.1. Da Fundação da Nacionalidade até à Primeira Lei Orgânica do Notariado	87
1.2. Da Primeira Lei Orgânica do Notariado até à Extinção do Conselho Superior do Notariado	89
1.3. Da Criação da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado ao Código do Notariado de 1960.....	92
2. Dos Projectos de Liberalização do Notariado até à Reforma do Notariado....	93
3. Contra-Reforma Socialista.....	96
3.1. “Desformalização”	96
3.2. XII Governo Constitucional (Primeiro-Ministro, António Guterres e Ministro da Justiça, Vera Jardim).....	100
3.3. XIV Governo Constitucional (Primeiro-Ministro, António Guterres e Ministro da Justiça, António Costa).....	100
3.4. XVII Governo Constitucional (Primeiro-Ministro, José Sócrates e Ministro da Justiça, Alberto Costa).....	104

IV) Análise da Reforma e da Contra-Reforma	111
1. Análise Jurídica.....	111
1.1. Análise Jurídica da Reforma.....	111
1.2. Análise Jurídica da Contra-Reforma Socialista.....	112
1.2.1. Registos.....	113
1.2.2. Controlo da Legalidade.....	116
1.2.3. Registo Comercial.....	121
1.2.4. Registo Predial.....	132
2. Análise Política e Económica da Reforma e da Contra-Reforma.....	142
2.1. Liberalização.....	142
2.2. Renacionalização.....	144
2.2.1. Livre Escolha da Profissão, Protecção da Confiança e Proporcionalidade.....	144
2.2.2. Programa do Governo.....	148
2.2.3. Concorrência Entre os Agentes.....	149
2.2.4. Imposto e Taxa – Natureza dos Emolumentos Notariais e Registais.....	165
2.2.5. Tabela Emolumentar dos Serviços Prestados pelo Estado em Particular.....	169
2.2.5.1. Anteriores “Tabelas Emolumentares”.....	169
2.2.5.2. Directiva n.º 69/335/CEE do Conselho, de 17 de Julho de 1969, alterada pela Directiva n.º 85/303/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985 (Reunião de Capitais).....	170
2.2.5.3. Acórdão 115/2002, do Tribunal Constitucional.....	171
2.2.5.4. Lei Geral Tributária.....	176
2.2.5.5. Afectação da Receita.....	177
2.2.5.6. Porquê uma Nova “Tabela Emolumentar”.....	179
2.2.5.6.1. Estudos Prévios.....	179
2.2.5.6.2. Autorização Legislativa.....	181
2.2.5.6.3. Princípios Gerais da “Tabela Emolumentar”.....	182
2.2.5.6.4. Avaliação da “Tabela Emolumentar”.....	186
2.2.5.7. Destruição da “Tabela Emolumentar”.....	199
2.2.5.7.1. Alterações Legislativas Introduzidas pelo XVII Governo Constitucional.....	199
2.2.5.7.2. O “Pacote”.....	202
2.2.5.7.3. Registo Civil – art. 18.º.....	205
2.2.5.7.4. Notariado – art. 20.º.....	208
2.2.5.7.6. Registo Predial – art. 21.º.....	208
2.2.5.7.6. Registo Comercial – art. 22.º.....	211
2.2.5.7.7. Emolumentos Comuns – art. 27.º – ponto 3.	212
2.2.5.7.8. Procedimento Especial de Transmissão, Oneração e Registo de Imóveis (<i>Casa Pronta</i>) – art. 27.º-A.....	213
2.2.5.7.9. Isenções ou Reduções Emolumentares – art. 28.º, Registo predial <i>on-line</i> – pontos 26. e 27.	217
2.2.5.7.10. Recusas.....	217

2.2.5.7.11. Registo Obrigatório e Prazo para Registo.....	219
2.2.5.7.12. Informação Empresarial Simplificada (IES).....	220
2.2.6. Subida dos Preços dos Registos.....	220
2.2.6.1. Subida dos Preços dos Registos na Conta Geral do Estado e no Orçamento do Estado para 2008.....	220
2.2.6.2. Subida dos Preços dos Registos nas Sucessivas Alterações ao Regulamento Emolumentar.....	226
2.2.7. Subida dos Preços dos Registos: Preço do Serviço/Custo do Serviço...	231
2.2.8. Artificios Financeiros.....	233
2.2.8.1. Orgânicos.....	233
2.2.8.2. Distribuição da Receita.....	238
2.2.9. Distorções do Sistema Fiscal.....	243
V) Características do Actual Notariado Português Face aos Princípios do Notariado Latino.....	249
1. Força Executiva do Documento Notarial.....	249
2. Assessoria às Partes.....	255
3. Preparação Profissional.....	257
4. Exercício da Função Notarial Exclusivamente por Notários.....	264
4.1. Centros de Formalidades de Empresas, Cartórios de Competência Especializada, Cartórios Privativos do Protesto de Letras e Cartório Privativo da Zona Franca da Madeira.....	265
4.2. Cartórios Públicos.....	266
4.3. Instituições de Crédito.....	271
4.4. Câmaras Municipais e Regiões Autónomas.....	274
4.5. “Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP” (IRHU).....	276
4.6. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).....	277
4.7. Consulados.....	277
4.8. Advogados.....	278
4.9. Solicitadores.....	283
4.10. Oficiais dos Registos (Conservatórias).....	284
4.11. CTT e Juntas de Freguesia.....	296
4.12. Câmaras de Comércio e Indústria.....	297
4.13. Imobiliárias.....	297
4.14. Contabilistas e procuradores ilícitos.....	298
5. Imparcialidade e Independência; Exercício do Cargo em Regime de Incompatibilidade e de Exclusividade.....	298
6. Igualdade Profissional em Funções, Direitos e Obrigações.....	300
7. Direcção do Serviço pelo Próprio Notário.....	300
8. Responsabilização do Notário.....	302
8.1. Responsabilidade Civil.....	302
8.2. Responsabilidade Disciplinar.....	302
9. Regra da Competência Territorial.....	304
10. Princípio do <i>Numerus Clausus</i>	305

11. Princípio da Remuneração por Tabela Legal	306
12. Livre Escolha do Notário pelo Cidadão	308
13. Segredo Profissional.....	309
14. Solidariedade Profissional	311
15. Denúncia de Crimes	314
16. Verificação do Cumprimento de Obrigações Fiscais e a Participação de Actos.	317
VI) Futuro do Sistema Jurídico Português	325
VII) Conclusões	329
VIII) Apêndices	345
IX) Bibliografia.....	361
X) Índice	369